



**Governo do Estado de São Paulo  
Secretaria de Gestão e Governo Digital  
Coordenadoria de Gestão Administrativa**

**TERMO**

**Nº do Processo:** 018.00026698/2024-16

**Interessado:** Secretaria de Gestão e Governo Digital | FAPESP

**Assunto:** Alienação de Cotas Seniores do Fundo de Investimento Imobiliário do Estado de São Paulo

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018.00026698/2024-16  
CONTRATO SGGD 049/2024**

CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO  
ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO  
PAULO E A FUNDAÇÃO DE AMPARO À  
PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO -  
FAPESP.

O Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Gestão e Governo Digital, com sede na Avenida Rangel Pestana, 300, Sé, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 39.467.292/0001-02 neste ato representado(a) pelo(a) Secretário de Gestão e Governo Digital, **Caio Mário Paes de Andrade**, nomeado(a) pelo(a) Decreto de 05 de janeiro de 2023, publicado(a) no DOE em 06 de janeiro de 2023, inscrito(a) no CPF sob o nº 326.865.105-44 no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) VENDEDOR, e a FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.828.151/0001-45, sediado(a) na Cidade de São Paulo, na Rua Pio XI, nº 1.500, Alto da Lapa, CEP: 05468-140, doravante designado(a) COMPRADOR, neste ato representado(a) por **Marco Antonio Zago**, inscrito(a) no CPF sob o nº 348.967.088-49, conforme atos constitutivos da fornecedora, tendo em vista o que consta no Processo nº 018.00026698/2024-16 e em observância às disposições da [Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente de Inexigibilidade de Licitação **constante do documento SEI 0050772902**, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com o Anexo I, e as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

## CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#)) E VIGÊNCIA

1.1. O objeto do presente instrumento é a cessão e compra de cotas, conforme demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TRANCHE	QUANTIDADE TOTAL DE COTAS SENIORES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Cessão e compra de cotas	1ª	359.307,80667287	R\$ 612,28839428	R\$ 220.000.000,00
2	Cessão e compra de cotas	2ª	Número de cotas suficiente para ser equivalente ao montante de até R\$ 250.000.000,00	O valor nominal unitário de cada Cota será exatamente o valor da cota no Dia Útil anterior à data da conclusão da 2ª Tranche.	R\$ 250.000.000,00

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.3.1. Anexo I – Especificações técnicas;

1.3.2. A Autorização de Contratação Direta que componham a documentação da presente contratação;

1.3.3. A Proposta do Vendedor;

1.3.4. Regulamento do Fundo Imobiliário do Estado de São Paulo; e

1.3.5. Demais anexos dos documentos supracitados.

1.3.6. O prazo de vigência da contratação é de 5 ( cinco) anos, contados a partir do(a) assinatura do contrato.

1.3.7. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

## CLÁUSULA SEGUNDA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO

### CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

2.1. Os modelos de gestão e de execução constam no Anexo I, que constitui parte integrante deste Contrato.

## CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1. O valor total da cessão onerosa é de R\$ 470.000.000,00 (Quatrocentos e setenta milhões de reais).

## CLÁUSULA QUARTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

4.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Anexo I, que constitui parte integrante deste Contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

5.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irredutíveis.

#### CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO VENDEDOR ([art. 92, X, XI e XIV](#))

6.1. São obrigações do Vendedor:

6.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Comprador, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

6.1.2. Aplicar ao Comprador as sanções previstas na lei e neste Contrato;

6.1.3. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Comprador;

6.1.4. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 15 (quinze) dias para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico.

6.1.5. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Comprador, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Comprador com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Comprador, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA- OBRIGAÇÕES DO COMPRADOR ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

7.1. O Comprador deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

7.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Vendedor para representar o Comprador na execução do contrato;

7.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Comprador poderá ser recusada pelo Vendedor desde que devidamente justificada, hipótese em que o Comprador deverá designar outro para o exercício da atividade;

7.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei federal nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

7.1.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas

para a contratação direta;

7.2. Em atendimento à Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e ao Decreto nº 67.301, de 2022, o Comprador se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Comprador não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

7.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Comprador à extinção unilateral do contrato, a critério do Vendedor, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e o Decreto nº 67.301, de 2022.

#### CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

8.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

#### CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Comprador que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Comprador que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#));

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#)).

iv. Multa:

(1) Moratória de 0,5.% (cinco décimos. por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia;

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do item 12.1, de 0,5.% a 30% do valor do Contrato;

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do item 12.1, de 0,5.% a 30% do valor do Contrato;

(5) Para infração descrita na alínea “b” do item 12.1, a multa será de 0,5.% a 30% do valor do Contrato;

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do item 12.1, a multa será de 0,5.% a 30% do valor do Contrato;

10.2.1. A sanção de multa, calculada na forma deste contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#)).

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Vendedor ([art. 156, § 9º, da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#)).

10.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#)).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#)).

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Vendedor ao Comprador, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida

na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156,](#)

[§ 8º, da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#)).

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Comprador, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Vendedor;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

10.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021\)](#).

10.9. O Vendedor deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

11.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

11.1.1. O Comprador reconhece desde já os direitos do Vendedor nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

11.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:



11.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.2.3. Indenizações e multas.

11.3. Se for constatada irregularidade no certame ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos arts. 147 a 149 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conferindo-se ao Comprador oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

12.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

13.2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá ao Vendedor divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto nº 68.155, de 2023](#).

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO ([art. 92, §1º](#))

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Comprador e pelo Vendedor, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, data da última assinatura eletrônica das partes.

**CAIO MÁRIO PAES DE ANDRADE**  
SECRETÁRIO  
SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

**MARCO ANTONIO ZAGO**  
PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR  
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO

TESTEMUNHAS:

---

*Danielle dos Reis Queiroga*  
R.G. 42.168.527.X  
CPF 320.107.498-55

---

*Adriana Silva Aguiar*  
R.G. 25.018.298.1  
CPF 146.123.638-09

**ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

Sendo o Vendedor e Comprador cada uma doravante denominada “Parte” e, em conjunto, “Partes”:

**CONSIDERANDO QUE:**

I – O VENDEDOR é detentor, em **30/12/2024**, da totalidade de **cotas** do FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ: 13.598.226/0001-88 (“Fundo”);

II – Em **22/11/2024** foi realizada Assembleia Geral de Cotistas, por meio da qual o VENDEDOR, então na qualidade de único titular de cotas do Fundo, deliberou pela conversão parcial de cotas subordinadas de sua titularidade em cotas seniores, fixando a remuneração das cotas seniores, tudo de acordo com o estabelecido pelo Regulamento do Fundo e nos exatos termos constantes da Ata da Assembleia Geral de Cotistas datada de **22/11/2024** (“Ata”);

III – O VENDEDOR e o COMPRADOR têm interesse em firmar uma operação de venda e compra de cotas seniores que será realizada em 02 (duas) tranches, a primeira delas ocorrendo na data da assinatura deste documento (“1ª Tranche”), e a



segunda com previsão de ocorrer até 31 de março de 2025 (“2ª Tranche”);

IV – A 1ª Tranche será composta pela venda de **359.307,80667287 cotas seniores** do Fundo detidas pelo VENDEDOR representativas no montante de R\$ 220.000.000,00 (Duzentos e vinte milhões de reais), cuja remuneração observará o disposto no Regulamento do Fundo Imobiliário do Estado de São Paulo, e cuja venda se consubstanciará com a assinatura deste e correspondente pagamento do preço aqui determinado, tudo nos termos das cláusulas que compõe o presente instrumento;

V – A 2ª Tranche será composta pela venda de quantas cotas seniores do Fundo detidas pelo VENDEDOR sejam necessárias para compor o montante de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), cuja remuneração observará o disposto no Regulamento do Fundo Imobiliário do Estado de São Paulo, e se consubstanciará até 31 de março de 2025 ou assim que o VENDEDOR detiver a quantidade de cotas seniores suficientes para fazer frente ao montante de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), o que ocorrer primeiro;

VI – O COMPRADOR deseja comprar as cotas seniores ofertadas pelo VENDEDOR, referentes à 1ª Tranche e à 2ª Tranche, nos termos e condições aqui dispostos.

## **DESCRIÇÃO DAS CONDIÇÕES**

### **1. – DO OBJETO**

1.1. **1ª Tranche:** A cessão onerosa de **cotas seniores** do Fundo, equivalentes a R\$ 220.000.000,00 (Duzentos e vinte milhões de reais) na data da operação, de acordo com o Item 3.1 abaixo, bem como os direitos, frutos, rendimentos e ações a elas inerentes, observadas as condições aqui acordadas.

1.2. **2ª Tranche:** A cessão onerosa de **cotas seniores** do Fundo, equivalentes a R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) na data da operação a ser realizada até 31/03/2025, de acordo com o Item 3.2 abaixo, bem como os direitos, frutos, rendimentos e ações a elas inerentes, observadas as condições aqui acordadas.

### **2. – DAS COTAS SENIORES**

2.1. As Cotas Seniores mencionadas nos itens 1.1 e 1.2 serão disponibilizadas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, encargos, gravames ou tributos pendentes.

2.2. O VENDEDOR declara, ainda, que, sendo cotista único até a presente data, não existe a obrigação de oferta prévia da venda das Cotas a qualquer outro cotista.

### **3.– DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

3.1. Pela compra das Cotas Seniores pactuadas na 1ª Tranche, conforme o item 1.1, o COMPRADOR pagará ao VENDEDOR o valor correspondente a **R\$ 220.000.000,00 (Duzentos e vinte milhões de reais)** (“Preço”).

3.2. Pela compra das Cotas Seniores pactuadas na 2ª Tranche, conforme o item 1.2, o COMPRADOR pagará ao VENDEDOR o valor correspondente a **R\$**

**250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) ("Preço").**

3.3. O pagamento do valor acordado no item 3.1. deverá ser realizado pelo COMPRADOR em até 03 (três) dias úteis da assinatura do contrato do qual este documento constitui parte integrante, em conta bancária indicada pelo VENDEDOR, conforme dados abaixo:

Banco: **Banco do Brasil**

Agência: **1897-X**

Conta Corrente: **454219-3**

3.4. O pagamento do valor acordado no item 3.2. fica condicionado à disponibilização das cotas seniores correspondentes, que atinjam o valor indicado, e deverá ser realizado pelo COMPRADOR em até 03 (três) dias úteis a contar da data em que o COMPRADOR for formalmente comunicado pelo VENDEDOR acerca da viabilidade de conclusão da operação prevista em 2ª tranche, até 31/03/2025. O pagamento deverá ser feito em conta bancária indicada pelo VENDEDOR, conforme dados abaixo:

Banco: **Banco do Brasil**

Agência: **1897-X**

Conta Corrente: **454219-3**

3.5 As Partes acordam, para todos os fins, que cada operação somente se efetivará com o pagamento do Preço, sendo que a efetiva transferência da propriedade das cotas seniores somente acontecerá contra o recebimento do Preço na conta indicada pelo VENDEDOR.

#### 4. – DAS FORMALIZAÇÕES

4.1. O VENDEDOR expressamente concorda que a venda das Cotas Seniores seja objeto dos registros necessários pela administradora do Fundo, bem como de todos outros registros que se fizerem necessários perante cartórios, CVM e Bolsas de Valores e outros órgãos competentes.

4.2. O COMPRADOR e o VENDEDOR se comprometem a enviar à administradora do Fundo, quais sejam as informações e comprovantes de liquidação relativos à venda e compra ora contratada, bem como comprovante de recolhimento do correspondente imposto de renda, se o caso, a fim de viabilizar o envio dessas informações ao banco custodiante das Cotas. O banco custodiante, por sua vez, deverá escriturar a transferência de titularidade das Cotas no livro de registros do Fundo.

#### 5. – COMUNICAÇÕES ENTRE AS PARTES

5.1. Para os fins desta contratação, toda notificação deverá ser feita por escrito e poderá ser entregue a outra Parte por qualquer meio que possa atestar, de forma razoavelmente segura, o seu recebimento, preferencialmente na forma abaixo indicada:

a) Se para o COMPRADOR:

**A/C:** FERNANDA MONTENEGRO DE MENEZES RIZEK

**Endereço:** Rua Pio XI, 1500 - Alto da Lapa, São Paulo - SP

**E-mail:** frizek@fapesp.br

b) Se para o VENDEDOR:

**A/C:** PAULO SÉRGIO BASTOS VIDAL

**Endereço:** Rua Boa Vista, 150, 7º andar, Centro Histórico de São Paulo - São Paulo - SP

**E-mail:** [paulo.vidal@sp.gov.br](mailto:paulo.vidal@sp.gov.br)

5.2. As Partes se comprometem a manter os dados acima indicados sempre atualizados junto à outra Parte, comunicando qualquer eventual mudança de modo inequívoco enquanto não satisfeita a obrigação de pagamento aqui pactuada.

## 6.– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. O Contrato do qual este Anexo constitui parte integrante é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, não se admitindo o arrependimento em qualquer hipótese, obrigando não somente as Partes, mas também os seus sucessores a qualquer título.

6.2. Uma vez pago o valor determinado na Cláusula Terceira, acima, o COMPRADOR gozará da mais plena, ampla, geral e irretratável quitação sobre todas e quaisquer obrigações oriundas do Contrato, nada mais podendo exigir o VENDEDOR em razão dele.

6.3. O VENDEDOR assumirá todas as obrigações pertinentes à transferência das Cotas, não se isentando do cumprimento de quaisquer obrigações tributárias em razão da venda ora pactuada, as quais deverão ser apresentadas à Administradora do Fundo.

6.4. O COMPRADOR tem plena ciência acerca da situação das cotas seniores aqui negociadas, especialmente em relação à fixação de sua remuneração e ao seu prazo de amortização, nos termos do Regulamento do Fundo, tendo amplamente estudado os documentos citados neste documento e todos os demais documentos relacionados ao Fundo que influam ou passam influir nas presentes operações, inclusive declarando plena ciência e concordância plena ao conteúdo e deliberações tomadas pelo VENDEDOR em assembleia geral de cotistas, cujas informações constam da última Ata de reunião do referido órgão.

6.5. Em relação ao prazo fixado para realização da 2ª Tranche, o COMPRADOR tem ciência de que tal prazo poderá ser prorrogado caso, até a data de 31 de março de 2025, o VENDEDOR não possua cotas seniores suficientes para fazer frente ao montante de R\$ 250.000.000,00, hipótese na qual o VENDEDOR notificará o COMPRADOR informando a nova previsão para conclusão da 2ª Tranche, sem que qualquer penalidade ou ônus possa vir a ser imposta ao VENDEDOR por tal fato.

6.5.1. O VENDEDOR, assim que vier a deter cotas seniores que representem o montante suficiente para conclusão da 2ª Tranche, observado o Regulamento do

Fundo, compromete-se a notificar o COMPRADOR para adoção das providências necessárias para a efetivação e conclusão da 2ª Tranche.

6.6. O VENDEDOR garante ao COMPRADOR, enquanto este for cotista do Fundo, que este poderá indicar até 02 (dois) membros para composição do Comitê de Investimentos do Fundo, que passará a ser composto por 05 (cinco) membros, nos termos do Regulamento. Por outro lado, o COMPRADOR garante ao VENDEDOR que este poderá manter seus 02 (dois) membros já indicados para composição do Comitê de Investimentos do Fundo, em qualquer hipótese.

6.7. O Estado, enquanto cotista subordinado e detentor dos poderes políticos do Fundo, se compromete a, durante o período no qual a FAPESP se mantiver como cotista sênior do Fundo, não realizar qualquer oferta para integralização de novas cotas super seniores, bem como, na eventualidade de emissão de novas cotas seniores, preservar a prioridade das cotas seniores da FAPESP no recebimento dos fluxos de amortizações, exceto na hipótese de expressa concordância por escrito da FAPESP, por meio de seus representantes legais e após aprovação de seus órgãos internos competentes.

6.8. Com exceção do Contrato de que é parte integrante, os termos deste Anexo prevalecem sobre todo e qualquer entendimento verbal ou escrito e demais comunicações entre as Partes em relação aos direitos e obrigações nele contemplados.

6.8.1. Em caso de colidência deste instrumento com o Contrato de que é parte integrante, prevalecerá a disposição deste último.

6.9. Qualquer alteração somente será válida se realizada por documento escrito e assinado por ambas as Partes.

6.10. As Partes se comprometem a efetuar e enviar o comprovante à Administradora do Fundo o pagamento de eventuais tributos aos quais a operação esteja sujeita, nos termos da legislação vigente.

6.11. A presente contratação está sujeita e será interpretada de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.



Documento assinado eletronicamente por **Caio Mario Paes De Andrade, Secretário de Estado**, em 30/12/2024, às 12:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Danielle dos Reis Queiroga, Diretor Técnico II**, em 30/12/2024, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Silva Aguiar, Diretor Técnico III**, em 30/12/2024, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antonio Zago, Presidente do Conselho Superior**, em 30/12/2024, às 18:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) , informando o código verificador **0051296485** e o código CRC **025AD26F**.

---